

A MATERNIDADE COMO UM ESPAÇO DE OPRESSÃO: APRISIONAMENTOS E SILENCIAMENTOS DA MULHER-MÃE

MARCELA COSTA¹

RESUMO

O presente artigo, alicerçado nas epistemologias feministas e na autoetnografia, apresenta reflexões sobre a maternidade como espaço de opressão. Desse modo, apesar de considerar a condição materna circunscrita e delimitada da pesquisadora, e, portanto, que não reflete todas as maternidades e formas de afiliação, discute como as mulheres-mães, de forma geral, estão aprisionadas no cativo da maternidade e submetidas à vigilância e ao controle do dispositivo da maternidade. Nesse sentido, a visão romântica da maternidade é questionada, uma vez que é inegável a opressão às mulheres-mães no que diz respeito ao mito do amor materno, à ética do cuidado e à divisão sexual do trabalho. Como apontamentos, o artigo sinaliza a necessidade de problematizar a maternidade de maneira a contribuir para o já estabelecido campo de estudo, apresentando uma discussão sobre a não romantização da condição materna e, sobremaneira, sobre a maternidade como um espaço de opressão.

PALAVRAS-CHAVE

Maternidade; Mulheres-mães; Cuidado; Opressão; Autoetnografia.

MOTHERHOOD AS A SPACE OF OPPRESSION: IMPRISONMENT AND SILENCING OF THE WOMAN-MOTHER

ABSTRACT

This article, based on feminist epistemologies and autoethnography, presents reflections on motherhood as a space of oppression. In this way, although the researcher's maternal condition is circumscribed and delimited, and therefore does not reflect all maternities and forms of affiliation, in general, are trapped in the dispositive of motherhood and subjected to surveillance and control by the maternity apparatus. In this sense, the romantic view of motherhood is questioned, since the oppression of women-mothers is undeniable with regard to the myth of maternal love, the ethics of care and the division sex work. As notes, the article signals the need to problematize motherhood in a way that contributes to the already established field of study and presents yet another discussion about the non-romanticization of the maternal condition and, above all, regarding motherhood as a space of oppression.

KEYWORDS

Motherhood; Women-mothers; Care; Oppression; Autoethnography.

¹ Docente do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Líder do Grupo de Pesquisa Observatório de Tendências em Publicidade (OBTEP). Pós-doutora em Direitos Humanos pelo Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos (PPGDH) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Doutora e Mestre em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) da UFPE. E-mail: marcelapup@gmail.com.

LA MATERNITÉ COMME ESPACE D'OPPRESSION: EMPRISONNEMENT ET RÉDUCTION AU SILENCE DE LA FEMME-MÈRE

RÉSUMÉ

Cet article, basé sur les épistémologies féministes et l'autoethnographie, présente des réflexions sur la maternité comme espace d'oppression. Ainsi, bien que la condition maternelle de la chercheuse soit circonscrite et délimitée, et ne reflète donc pas toutes les maternités et toutes les formes d'affiliation. L'article examine comment les femmes-mères, en général, sont piégées dans le dispositif de maternité et soumises à la surveillance et au contrôle de la maternité. En ce sens, la vision romantique de la maternité est remise en question, puisque l'oppression des femmes-mères est indéniable au regard du mythe de l'amour maternel, de l'éthique du care et de la division du travail du sexe. Comme le souligne, l'article la nécessité de problématiser la maternité d'une En guise de considération, l'article affirme la nécessité de problématiser la maternité d'une manière qui contribue au champ d'étude déjà établi et présente une autre discussion sur la non-romantisation de la condition maternelle et, surtout, sur la maternité comme espace d'oppression.

MOTS-CLÉS

Maternité; Femmes-mère; Care; Oppression; Autoethnographie.

LA MATERNIDAD COMO ESPACIO DE OPRESIÓN: ENCARCELAMIENTO Y SILENCIAMIENTO DE LA MUJER-MADRE

RESUMEN

Este artículo, basado en epistemologías feministas y autoetnografía, presenta reflexiones sobre la maternidad como espacio de opresión. De esta forma, aunque la condición materna de la investigadora esté circunscrita y delimitada, y por lo tanto no refleje todas las maternidades y formas de filiación, se discute cómo las mujeres-madres, en general, quedan atrapadas en el cautiverio de la maternidad y sometida a vigilancia y control por parte del dispositivo de maternidad. En este sentido, se cuestiona la visión romántica de la maternidad, ya que la opresión de las mujeres-madres es innegable respecto del mito del amor materno, la ética del cuidado y la división del trabajo sexual. Como se señala, el artículo destaca la necesidad de problematizar la maternidad de manera que contribuya al campo de estudio ya establecido y presenta una discusión más sobre la no romantización de la condición materna y, sobre todo, sobre la maternidad como un espacio de opresión.

PALABRAS CLAVE

Maternidad; Mujeres-madres; Cuidado; Opresión; Autoetnografía.

INTRODUÇÃO

Esse artigo é reflexo de um caminho de cura e de reencontro de uma mulher-mãe consigo, com outros papéis e funções sociais, para além da maternidade ideal, a qual é associada diretamente ao trabalho doméstico feminino e ao cuidado exclusivo da criança como legitimação do que é ser mãe. É igualmente uma abordagem científica de vivências e experiências maternas, alicerçada no abandono da racionalidade e da objetividade do saber científico, historicamente vinculado às masculinidades hegemônicas (Connell, 2005). Assim, toda a escrita empregada aqui considera as epistemologias feministas (Januário, 2022), bem como a compreensão de que o conhecimento é sempre localizado e posicionado na parcialidade (Haraway, 1995). Como próprio sujeito e objeto de pesquisa, suscitar uma abordagem parcial é promover discussões relacionadas à maternidade, muitas vezes, usurpadas pela ciência androcêntrica e limitadas à natureza biológica, presentes em vários campos do saber, inclusive nas ciências sociais (Rich, 2019).

Nesse sentido, a primeira pessoa do singular aparece de forma recorrente, como um posicionamento político de uma mulher-mãe que compreende a importância de ocupar espaços historicamente negados à mulher e, mais ainda, à mulher-mãe, como o do âmbito acadêmico. Ao mesmo tempo, empregar o “eu”, levando em conta o que é dito por Rich (2019), é uma forma de dar voz a experiências comuns para subsidiar o empoderamento de outras mulheres e, com isso, criar um debate público e coletivo sobre um tema naturalizado nas diversas camadas e estruturas sociais. Afinal, o apagamento de mulheres (cisgênero ou não) sempre foi uma característica do patriarcado para a manutenção da dominação masculina e da docilização dos corpos (Foucault, 2004), o que também ocorre em relação à maternidade.

É válido destacar que a maternidade que exerço e suas experiências são situadas e, assim, circunscritas a pontos de vista e vivências delimitados. Logo, as perspectivas são únicas de tal maneira que se pode fazer descrições e reflexões críticas dessas experiências pessoais, mas sem afirmar que representam a totalidade. A maternidade abordada aqui e na pesquisa de pós-doutoramento desenvolvida², da qual este artigo deriva, é a de uma mulher cis, branca, solo, economicamente privilegiada e com rede de apoio que, apesar de ser bastante restrita, existe. Não compreendo essa maternidade como única, nem invisibilizo outras mulheres e pessoas que são mães e que exercem o materno. Entendo e reafirmo que não existe um único tipo, mas sim uma pluralidade de modos de constituição da maternidade e de filiação.

² Pesquisa sobre maternidade no Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos da Universidade Federal de Pernambuco, sob a supervisão da professora Dra. Soraya Maria Bernardino Barreto Januário, concluída em 2023.

Contudo, por ser uma mulher branca, estou em um contexto que não se relaciona apenas com a pele clara, traços europeus e cabelo liso. A branquitude se refere igualmente à autoridade, ao respeito e aos privilégios praticamente automáticos em todas as esferas sociais (Sovik, 2004), principalmente em relação ao sujeito branco universal, o homem cisgênero, heterossexual e pertencente às classes mais favoráveis economicamente (Teixeira, 2021). No que diz respeito à maternidade, a branquitude igualmente repercute em privilégio, respeito e autoridade de fala em referência ao ideal de maternidade. Por essa razão, como Antoniazzi (2021) postula, não se pode perder de vista a interseccionalidade e, portanto, as questões de gênero, raça e classe, uma vez que são esses fatores que permitem compreender as experiências e as vivências das pessoas e das mulheres-mães.

Por exemplo, a maternidade da mulher negra está ligada diretamente à percepção social do seu corpo e da sua existência como sujeito de maneira que ela tem seu corpo sexualizado e voltado para o prazer do homem branco e negro, ao mesmo tempo em que serve à mulher branca dentro do espaço doméstico, cuidando do lar e das crianças. A mulher negra, para González (1984, p. 226), “naturalmente é cozinheira, faxineira, servente, trocadora de ônibus ou prostituta”, numa aceção de um corpo destinado para o outro, marcado por um histórico de exploração e dominação desde o período da escravidão até os dias atuais. Para a autora, a mulher negra é humanizada apenas através da imagem materna, na figura da “mãe preta”, ligada às funções maternas exercidas para com as crianças brancas, filhos e filhas da “Casa Grande”. Sendo assim, já no período colonial, a mãe preta era responsável pela maternagem dessas crianças, transmitindo valores, linguagens, ensinamentos e cultura. Atualmente, o imaginário da “mãe preta”, conforme Porfírio (2023), permanece na sociedade brasileira de tal modo que a maternidade da mulher negra, independente se tem filhos(as) ou não, relaciona-se com o *ethos* de cuidadora por excelência.

No entanto, é importante destacar que, socialmente, a maternidade é entendida a partir de um modelo hegemônico vinculado à biologia (Teixeira, 2021). Em outras palavras, a maternidade está atrelada à cisgeneridade e à heteronormatividade, sendo estabelecida como uma condição social intrinsecamente ligada à visão biologizante do feminino, numa reificação ao útero. Socialmente, pelo sistema patriarcal e pelas instituições disciplinares, as mulheres trans e/ou pessoas que gestam são negadas como indivíduos de maneira que não é concebível a possibilidade de construção de laço materno-filial e de parentalidade. Isso se dá porque são corpos que não se enquadram na visão androcêntrica, heteronormativa e hegemônica. Nesse sentido, em relação à maternidade e/ou à parentalidade, essas pessoas sofrem silenciamentos e aprisionamentos distintos, uma vez que, levando em conta Butler (2000), são excluídas socialmente e sequer são enxergadas como sujeitos sociais.

Com efeito, para problematizar as maternidades, reitero que é fundamental compreender a relação entre sistema patriarcal e instituições disciplinadoras (Foucault,

2014) na manutenção da dominação sobre as mulheres e sobre toda pessoa que foge à norma. Ao mesmo tempo, é condição *sine qua non* refletir sobre as diversas maternidades a partir de um contexto determinado, considerando a interseccionalidade. Com isso, reitero que os aprisionamentos e silenciamentos da minha maternidade não são os mesmos vivenciados por mulheres negras e mulheres trans no exercício de suas condições maternas.

Como a maternidade é entendida como razão de existência e fim da mulher cis, ela pode ser compreendida como uma forma de opressão, de silenciamento e de controle da mulher, como já observado em trabalhos que perpassam a temática (Scavone, 1985; O'Reilly, 2006; 2007; 2016; Mendonça, 2021; Oliveira-Cruz; Mendonça, 2021; Iagnecz; Wedig, 2021). Por essa razão, a partir de Lagarde (2005), Marcello (2005) e Chacel (2024), afirmo que as mulheres-mães estão aprisionadas em um cativeiro da maternidade, no qual o dispositivo da maternidade controla seus modos de subjetivação. Como será visto ao longo do trabalho, o cativeiro da maternidade (Chacel, 2024) se configura como um espaço que subjuga as mulheres-mães determinando o ideal da maternidade, formas aceitas de maternagem e de práticas da condição materna. Para tanto, o dispositivo da maternidade, a partir de Marcello (2005), proveniente de várias instituições disciplinares, vigia, controla e determina comportamentos das mulheres-mães para reafirmar seu papel como mães e responsáveis pela criação dos(as) filhos(as).

Desse modo, a partir das ponderações expostas, o artigo proposto tem como objetivo geral refletir sobre os aprisionamentos e silenciamentos impostos pelo cativeiro e pelo dispositivo da maternidade. Já os objetivos específicos giram em torno de (1) refletir sobre o mito do amor materno; (2) discorrer sobre a divisão sexual do trabalho; e (3) discutir sobre os modos de subjetivação da mulher-mãe. Para tanto, como parto das minhas experiências pessoais como alicerce para uma análise sistemática sobre maternidade, e, portanto, de uma perspectiva subjetiva, a autoetnografia é o procedimento metodológico empregado. Trata-se de um método alicerçado em três orientações: (1) metodológica de base etnográfica e analítica; (2) cultural, voltada para a interpretação dos acontecimentos e fatores vividos, tomando como base a memória, a partir da relação entre pesquisador, sujeitos e objetos da pesquisa e dos fenômenos investigados; (3) conteúdo cujo pilar é a autobiografia. Ademais, a reflexividade desempenha um papel fundamental para o método, exigindo do pesquisador conscientização e (re)avaliação das suas contribuições, influências, formas de pesquisas e resultados frutos da pesquisa intersubjetiva (Santos, 2017).

A autoetnografia é um método que propõe pensar na relação objeto-pesquisador(a) como forma de engrandecer a pesquisa, além de dar visibilidade às contribuições individuais e pessoais para a construção do conhecimento (Motta; Barros, 2015). Nesse sentido, ao demarcar minha voz para analisar a maternidade e seus aprisionamentos e implicações sociais, a partir da minha condição materna, reconheço a minha identidade como

pesquisadora-mãe e como sujeito que vivencia o objetivo que analisa. Ao mesmo tempo, esse contexto influencia o olhar e a interpretação sobre os acontecimentos estudados e também permite uma aproximação entre a teoria e a prática, o que não só fortalece as epistemologias feministas, como enriquece a pesquisa desenvolvida.

Assim, mais do que um trabalho científico, espero que o presente artigo seja visto como um relato de uma mulher-mãe que ama sua filha, mas não suporta a função materna estabelecida pelo sistema patriarcal e pelas instituições disciplinadoras, reforçadas, inclusive, por outras mulheres-mães. Nos dois anos e seis meses de exercício da maternidade, percebo o movimento de silenciamento para evitar críticas e os famosos “pitacos” de tal forma que falar sobre é escutar comentários como: “se é tão ruim, por que inventou de ter filha?”; “sua filha vai odiar você quando souber o que você fala e pesquisa”; “não adianta reclamar porque maternidade é viver em função da criança, sempre foi e sempre vai ser assim”. Em paralelo, foi a partir do sentimento de que eu não posso reclamar da sobrecarga e do cansaço das noites mal dormidas, nem perder a paciência e muito menos parar de exercer a maternagem sem que me seja atribuída a culpa, por momentaneamente sair da função social de mãe, que passei a olhar a maternidade como espaço de opressão. É justamente nesse espaço que o cativo determina o que é ser mãe e o dispositivo da maternidade controla todo e qualquer passo que dou justamente por ter uma filha. Daí o porquê de realizar uma pesquisa de pós-doutoramento sobre o tema e produzir trabalhos científicos: para gritar, dentro do âmbito acadêmico, no qual não serei vista como ingrata, péssima mãe e dramática, como socialmente acontece.

O fato é que é inegável o tabu no que diz respeito à maternidade. Não se pode expressar dificuldades, frustrações e sentimentos negativos sobre ser mãe. No entanto, ao refletir sobre os desafios e a sobrecarga da função materna, o dilema não gira em torno do(a) filho(a), nem sobre o amor da mãe por ele(a). A questão é sobre a mulher-mãe e a função materna, que pressupõe uma sobrecarga, já que a função paterna, muitas vezes, é inexistente. Ainda por cima, socialmente, espera-se que a mulher-mãe seja a única responsável pela maternagem, sob uma justificativa biológica, pautada no útero e na capacidade de gerir, gestar e procriar. Não à toa, é comum escutarmos que “o filho é da mãe”, isentando o pai da responsabilidade da criação e justificando a não divisão nos cuidados com a criança. Afinal, é a mulher-mãe que tem instinto materno e a única capaz da maternagem. Assim, é fundamental, dentro do âmbito acadêmico e na sociedade, promover o debate sobre as funções maternas e a sobrecarga atribuída e exercida pela mulher-mãe. Tal sobrecarga existe e, socialmente, é imposta. Apesar de ser sentida e vivida em diferentes medidas conforme raça, classe e modos de filiação, um ponto há em comum: é mãe, então, deve-se entender que você deixa de ser de si para ser do outro, em silêncio, sem questionar e

sem buscar outros caminhos para o maternar. Só assim, a maternidade é aceita e legitimada, reforçando o mito da “boa mãe”.

APRISIONAMENTOS DE SER MÃE: O CATIVEIRO DA MATERNIDADE

Cativeiro relaciona-se a “fenômenos de expropriação, inferiorização, discriminação, dependência e subordinação” (Lagarde, 2005, p. 17, tradução nossa), alicerçados pelo patriarcado e pelo capitalismo a fim de determinar normas, padrões, regras e comportamentos da mulher³. A noção de cativeiro diz respeito ao poder de decisão do outro sobre a mulher, atendendo a uma lógica de opressão e de dominação do sujeito masculino e das instituições disciplinares (Foucault, 2004). Sejam brancas, negras, pobres, ricas, letradas ou não, feministas, religiosas, as mulheres estão cativas em um lugar circunscrito, de controle e de vigilância, numa espécie de cativeiro geral, comum ao sujeito mulher, novamente entendida na lógica da cisgeneridade, já que a mulher trans, como sinalizado anteriormente, nem é entendida como mulher pelo sistema patriarcal que invisibiliza sua existência e sua condição de ser humano e de sujeito social.

É importante destacar que esse cativeiro é experienciado igualmente por todas as mulheres, uma vez que não se pode negligenciar as questões interseccionais, no entanto, para Lagarde (2005), algumas dimensões são comuns, como a reificação biológica das mulheres e o fato de serem enxergadas como propriedade do outro e nunca de si. Igualmente, as mulheres são destinadas à vida doméstica (Friedan, 1971; Oliveira-Cruz; Mendonça, 2021), à maternidade, além de que precisam buscar constantemente o padrão de beleza dominante (Wolf, 2018), atender os critérios biologizantes da divisão social do trabalho (OKIN, 2008) e ser responsável pelo cuidado (Gilligan, 2013; Missagia, 2020).

A partir de Lagarde (2005), pode-se pensar em um cativeiro voltado especificamente para a maternidade, no qual as mulheres-mães são aprisionadas a ideais, normas, comportamentos e sentimentos determinantes do que é ser mãe. Esse cativeiro condiciona as mulheres-mães, tornando-as presas a um modelo ideal de maternidade, o qual deve ser identificado e incorporado por todas, o que resulta na formação de uma identidade única e totalizante do que é ser mãe (Tubert, 1996). Tal identidade, ilusória e inalcançável, é fruto dos elementos aprisionantes que formam o cativeiro com a finalidade de gerir a maternidade, controlando e vigiando os processos de subjetivação das mulheres-mães, por meio do dispositivo da maternidade (Marcello, 2005; Chacel, 2024). O necessário agora é discutir sobre tais elementos aprisionantes que docilizam as mulheres-mães em um lugar de submissão e de opressão. São eles: 1) imagem de Virgem Maria como perfeição de

³ Mulheres aceitas socialmente como tais. Não consigo dimensionar se o cativeiro generalizado, proposto por Lagarde (2005) contempla as formas de aprisionamento de mulheres trans. A autora centra seu trabalho nas mulheres cisgênero.

maternidade; 2) mito do amor materno; 3) mito do instinto materno; e 4) ética feminina do cuidado (Gilligan, 2013).

A definição bíblica da Virgem Maria, mãe de Jesus, mostra uma mulher de fé, com valores morais e éticos fortes e, por isso, torna-se a escolhida por Deus para conceber seu filho, sem a necessidade de relação sexual. Maria engravida, carrega Jesus em seu ventre, permanecendo virgem. Nesse sentido, a história social da imagem da Virgem Maria apresenta múltiplas formas de visibilidade, equilibrando o natural e o sobrenatural, humanizando essa figura mítica, mas sem ultrapassar o limite inegociável da sua sexualidade ausente e do seu corpo imaculado (Anchieta, 2019). É a imagem da Virgem Maria que, disseminada especificamente pela Igreja Católica, fornece um modelo ideal de comportamento da mulher, como esposa e mãe.

A imagem e os discursos sobre a Virgem Maria evidenciam a maternidade e a virgindade, elementos que, para Mota-Ribeiro (2000), são fundamentais para a compreensão da “mãe perfeita”. A autora destaca que a Virgem Maria representa a maternidade ideal no domínio privado (do lar) e no domínio público (sociedade). A mãe enfatiza o papel da mulher em ser do outro, para o outro e a serviço do outro, logo, aproximando-se da natureza perfeita da Virgem Maria. No entanto, como a mulher-mãe não pode ser divina, como Maria é, constantemente é preciso buscar atingir semelhanças com a santidade (Mota-Ribeiro, 2000).

A Virgem Maria é vista a partir do amor incondicional e abnegado que só uma mãe pode sentir, resultando numa maternidade romântica, alicerçada pelos mitos do amor e do instinto maternos, entendidos como inerentes ao feminino. Por essa razão, a mulher-mãe está cativa a amar compulsoriamente o bebê no momento mesmo da descoberta da gravidez ou, no mais tardar, no parto. O amor materno, no cativeiro da maternidade, não é visto como algo construído, de tal forma que é impensável uma mulher-mãe odiar a maternidade. Ao mesmo tempo que o instinto materno faz parte da natureza biológica da mulher por sua função reprodutora.

Como afirma Badinter (1985), as obras de Rousseau “Do Contrato Social” e “Émile”, publicadas em 1762, atribuem um importante papel à mulher por ser mãe, compreendendo-a como o pilar da família moderna, fundamentada no amor materno e no incentivo à amamentação, como exemplo disso (Badinter, 1985). As ideias de Rousseau repercutem na construção de uma mulher-mãe definida pela sua enorme capacidade de amar, dedicar-se e sacrificar-se física e mentalmente. Nessa acepção, a partir de Del Priore (2009), o mito do amor materno refere-se também à subserviência e, a meu ver, ao silenciamento de dores e ao apagamento de si em prol da legitimação do que é ser mãe, proposta pelo cativeiro da maternidade. Assim, o amor materno só é aceito se houver privações, dores e capacidade da mulher-mãe deixar de olhar para si em benefício do maternar. Assim, ela não pode ter

identidade própria, vontades e desejos pessoais e profissionais, uma vez que ser mãe é sinônimo de “padecer no paraíso”.

Em paralelo, como se pensa no instinto materno como natural à mulher, parte-se do princípio de que a mulher-mãe saiba como maternar e desempenhar os cuidados necessários para com a criança. Portanto, o instinto materno seria “um dom que seria exercido assim que houvesse a experiência da maternidade” (Nahas; Leite; Donero, 2019, p. 157). Como é vinculado pela natureza biológica da mulher, o instinto materno justifica a responsabilidade exclusiva da mulher-mãe na criação dos filhos e o papel de coadjuvante ao homem-pai. Nesse sentido, a mulher-mãe exerce um trabalho invisível (Larguia, 1982), esperado pela condição da maternidade, que é doméstico e direcionado a atender o outro contínua e ininterruptamente.

Tal questão sobre instinto materno e maternagem exige um olhar mais atento, uma vez que geram a sobrecarga. Na perspectiva do cativo da maternidade, é interessante a dicotomia de como se institui o gênero feminino, definido a partir do corpo biológico, dos órgãos sexuais, o qual reforça a construção social deste gênero, estabelecendo papéis sociais distintos entre homens e mulheres (Antoniazzi, 2021). Gênero, portanto, longe das discussões das teorias feministas, no que diz respeito à maternidade, é mais um mecanismo de submissão à mulher-mãe, pois, além de se relacionar (equivocadamente) com a vagina e com o útero, define hierarquias, funções e promove a divisão sexual do trabalho. As mulheres, validadas socialmente como tais devido ao órgão sexual biológico feminino, são as que mais gestam⁴ e, por isso, possuem obrigações e responsabilidades atribuídas exclusivamente ao gênero feminino (Antoniazzi, 2021), como a manutenção do espaço doméstico, do lar, além do cuidado e do serviço com o outro e com a maternagem.

O fato é que a maternidade é um destino imposto às mulheres, sendo, inclusive, sinônimo de plenitude, uma vez que, mesmo se casando e, portanto, cumprindo seu outro destino (Biroli, 2018), se a mulher não for mãe, não é entendida como completa, nem realizada. Nesse sentido, a identidade feminina é vinculada ao espaço doméstico de tal forma que ser casada e especialmente ser mãe representam o estatuto do que é ser mulher. Condição universal, a maternidade como um sistema de opressão e, logo, como um cativo, subjugam as mulheres a uma série de regras, comportamentos e subjetividades identitárias. No entanto, não se pode cair na falácia de considerar que todas as mulheres sentem os efeitos do cativo da maternidade do mesmo modo. Primeiro porque não é apenas uma questão de gênero, mas também de raça, classe e sexualidade que determinam como a maternidade é vivenciada e experienciada e em que medida oprime e implica em sobrecarga física e mental, o que é mais facilmente percebido quando se pensa na divisão social e sexual do

⁴ Corpos transexuais também podem gestar.

trabalho. A proposta do cativo da maternidade como um espaço comum a todas as mulheres parte do pressuposto de que a maternidade, por ser vinculada ao sexo biológico, molda as trajetórias das mulheres, define hierarquias de poder, o que reflete diretamente na maneira pela qual obrigações e responsabilidades são atribuídas às mulheres e aos homens. Em outras palavras, não falo apenas de modos de subjetivação socialmente esperados conforme o gênero, mas também em referência aos variados trabalhos divididos socialmente.

Se entendemos, segundo Marx (2011), o trabalho como atividade fundamental para o desenvolvimento das sociedades, dos sujeitos que as compõem e das relações estabelecidas entre eles, é primordial refletir sobre a divisão desse trabalho forjada pelo sistema capitalista. De acordo com Rocha (2018, p. 2),

a divisão social do trabalho, ou seja, a forma como mulheres e homens se organizam em uma determinada sociedade para garantir a produção e a reprodução de sua vida cotidiana é construída como prática social no ordenamento das atividades, em suas modalidades, nos critérios que definem sua qualificação, na disciplina do trabalho etc. Logo, determina direta ou indiretamente os papéis sociais que mulheres e homens desempenham.

Federici (2017) indica que um dos primeiros processos de acúmulo do capital é a procriação, já que a ideia de riqueza e de prosperidade de uma nação esteve ligada ao crescimento populacional e à formação de uma mão-de-obra, responsável pelo desenvolvimento econômico do Estado. A autora afirma que os métodos contraceptivos que as mulheres usavam na Idade Média, no sistema capitalista foram deixados de lado, pois seus úteros foram (e são) territórios políticos, a serviço do Estado e seus corpos alienados para procriarem. Assim, o trabalho reprodutivo foi imposto às mulheres como algo obrigatório não só para a manutenção de uma nação, mas também como algo proveniente da natureza biológica feminina (Federici, 2017).

Com efeito, o trabalho reprodutivo destinado à mulher implica em uma separação entre esfera privada (doméstica) e esfera pública, considerando hierarquias de poder a partir da percepção de gênero reforçada socialmente pela visão biologizante, como já supracitado. Como sinaliza Engels (2010, p. 70), “a primeira divisão do trabalho é a que se fez entre o homem e a mulher para a procriação dos filhos”. Isso mostra uma dimensão de exploração, dominação e subordinação dentro da parentalidade, na qual a responsabilidade em relação aos filhos e à esfera doméstica é única e exclusiva da mulher, o que denota uma divisão sexual do trabalho tomando como base a opressão do homem sobre a mulher.

A respeito disso, Biroli (2018, p. 21) alega que “falar de divisão sexual do trabalho é tocar no que vem sendo definido, historicamente, como trabalho de mulher, competência de mulher, lugar de mulher”, além de considerar tal divisão como um lócus significativo para a produção do gênero. Tomo como base as reflexões da autora e, a partir da perspectiva do

cativeiro da maternidade, a divisão sexual do trabalho, mesmo não impactando igualmente todas as mulheres⁵ e, portanto, com consequências distintas, apresenta um ponto em comum: destina a maternagem, a meu ver, considerada mais um trabalho não remunerado, às mulheres-mães. Posto isso, as mulheres-mães, como já sinalizado, desempenham o trabalho reprodutivo e, por gestar, criam e só elas têm obrigação de cuidar dos filhos e do cotidiano doméstico, ao desempenhar a maternagem e as tarefas do lar. Os homens-pais, em contrapartida, são os provedores do lar, precisam sustentar a família e, assim, realizam o trabalho produtivo. Dentro do sistema patriarcal e capitalista, as mulheres fornecem o trabalho não remunerado e invisível, já que é uma obrigação delas, para possibilitar que os homens tenham a liberdade de trabalhar e sejam pagos por sua mão-de-obra (Biroli, 2018).

Na verdade, as mulheres assumem o cuidado dos outros, sejam seus(suas) filhos(as), seus pais idosos, seja a casa desproporcionalmente em referência ao homem, o que dialoga diretamente com a ética feminina do cuidado, proposta por Gilligan (2013). Ao longo da história das civilizações, é atribuída à mulher a responsabilidade pelo cuidado, sem o reconhecimento social disso. Dessa forma, a ética feminina do cuidado suscita a compreensão natural de que as mulheres são histórica, social e culturalmente responsáveis pela manutenção da vida, desempenhando papel fundamental nos âmbitos públicos e privados. Nessa conjuntura, pressupõe-se que, se a mulher tem útero, é responsável pelo trabalho reprodutivo. Biologicamente ela é a detentora do instinto materno, o que, por sua vez, designa a capacidade de a mulher-mãe em estar preparada para maternagem única e exclusivamente por ser mulher. Assim, entendo o instinto materno como mais um reforço biologizante da hierarquia de gênero na divisão sexual do trabalho, proposta pelo patriarcado, resultando em mais uma justificativa para o trabalho invisível: a maternagem.

SILENCIAMENTOS DE SER MÃE: O DISPOSITIVO DA MATERNIDADE

Na maternidade, a associação com a Virgem Maria, a necessidade de amor altruísta e compulsório, bem como a responsabilidade do cuidado com a criança justificada pela visão biologizante da divisão sexual do trabalho e do instinto materno, desencadeia padrões de comportamentos exigidos para a mulher-mãe a fim de ter sua maternidade legitimada. Isso se dá porque as instituições disciplinares, constituintes do cativeiro da maternidade, lançam

⁵ Uma mulher-mãe branca, economicamente privilegiada como eu, exerce sua maternidade contando com rede de apoio paga, geralmente formada por outra mulher, muitas vezes, negra e mãe, além de vulnerável social e economicamente. Essa, por sua vez, desempenha o trabalho remunerado cuidando de uma criança, além do trabalho invisível em casa, onde cuida do lar, do marido e do(s) filho(s) e/ou da(s) filha(s). Nesse sentido, “se as mulheres de classe dominante nunca puderam dominar os homens de sua classe, puderam, por outro lado, dispor concreta e livremente da força de trabalho de homens e mulheres da classe dominada” (Saffioti, 2013 *apud* Biroli, 2018, p. 22). Isso acontece em relação à maternidade. Por essa razão, não só é preciso pensar nas pluralidades das maternidades como também nos efeitos distintos da divisão sexual do trabalho, considerando a perspectiva interseccional.

mão de um dispositivo para fazer com que as mulheres-mães permaneçam cativas. Nesse sentido, proponho o dispositivo da maternidade, tomando como base a proposta de Marcello (2005) e as reflexões de Foucault (2004).

Dispositivo, aliás, é compreendido aqui como

um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas [...] o dito e o não-dito são elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos (Foucault, 2004, p. 244).

O dispositivo modela, assegura, controla e vigia comportamentos, práticas, discursos, corpo, tempo, criando uma relação de certo e errado e de moralidade (Agamben, 2009; Azevedo; Arrais, 2006). O dispositivo da maternidade determina o que é ser mãe e o que seria uma boa maternidade aceita pelas instituições disciplinares que o forjam: Igreja, Estado, família, sociedade e mídia. Ao mesmo tempo, é interessante observar que as mulheres-mães cativas e aprisionadas pelo dispositivo da maternidade também se tornam instituição de disciplina, exercendo a opressão pela qual são igualmente vítimas. Em outras palavras, no dispositivo da maternidade, o panóptico foucaultiano (Foucault, 2004) também se dá de forma invertida, uma vez que a vigilância não ocorre somente dos “grandes olhos” políticos, econômicos, religiosos, mas também de mulheres-mães entre elas mesmas. É por essa razão que subverter o imposto pelo dispositivo causa estranhamento entre mulheres-mães porque elas mesmas, ao longo de tantas gerações, introjetam o que é a boa maternidade, de tal forma que reverberam o silenciamento e o apagamento, consequências do dispositivo da maternidade.

O dispositivo assume o caráter de mecanismo de aprisionamento da mulher-mãe no cativo da maternidade, de disciplina e de controle social, acarretando relação de biopoder das instituições que historicamente governam, especialmente, os corpos e os comportamentos das mulheres, e aqui, também das mulheres-mães. Nessa acepção, o dispositivo da maternidade reforça a natureza biológica da maternidade como destino de toda e qualquer mulher, o ideal da maternidade, o trabalho invisível não remunerado da maternagem e a ética do cuidado feminino. Como se constitui pelas instituições disciplinares, o dispositivo detém o saber necessário para definir as características comportamentais e identitárias da mulher-mãe, orientando e induzindo seus modos de subjetivação.

Por isso, a mulher-mãe deve ser “mariana⁶” e, assim, assumir um caráter imaculado, apagando a sua sexualidade e exercendo o papel pelo qual nasceu, o de mãe. A mulher-mãe imaculada demonstra, na forma como se veste, como fala, nos lugares que frequenta, sua maternidade e sua qualidade como mãe e, portanto, seu amor maternal. A mulher-mãe, a “boa mãe”, ama seus filhos e, por isso, silencia desejos e vontades não só em relação à sua

⁶ Referente à Virgem Maria.

sexualidade, mas aos âmbitos profissionais e pessoais. A “boa mãe” não deve priorizar nada exceto seu filho, sacrificar-se como pessoa na tentativa constante de perfeição, aproximando-se da Virgem Maria, demonstrando, assim, o amor incondicional materno e a capacidade de criar vínculo, cuidar e se responsabilizar para todo o sempre pela vida do filho.

Compreendo que o dispositivo da maternidade visa disciplinar as relações das mulheres-mães consigo, a partir de padrões, normas e comportamentos referentes ao que o próprio dispositivo impõe. As formas de ser da mulher-mãe precisam obedecer ao que se credibiliza para a boa maternidade. Logo, as mulheres-mães que fogem disso são tidas como ruins em uma lógica semelhante ao que Federici (2017) apresenta sobre a noção de bruxa. Dito isso, tomando como base Marcello (2005), a mulher-mãe precisa ter autocontrole em relação aos seus atos e comportamentos, o que se refere também às suas falas, a como se veste, ao que come. Tal autocontrole, conforme Marcello (2005), é em benefício do outro para que a maternidade seja validada pelo dispositivo. Além disso, a mulher-mãe precisa de auto-organização sobre como o seu tempo é distribuído para exercer a maternidade em sua plenitude, atendendo a todas as demandas. É primordial que a ela se organize, uma vez que o dispositivo da maternidade estabelece que, quanto mais a mulher-mãe prioriza seu tempo para se dedicar à maternidade, mais ela beneficia seu filho (Marcello, 2005).

Acrescenta-se que, como o dispositivo da maternidade opera a fim de impor o que se considera o ideal da maternidade, não se pode falar sobre dores e dificuldades de tal forma que, na pesquisa de pós-doutorado em andamento, entrevisto mulheres-mães e é recorrente a fala de que há um grande silenciamento sobre o outro lado da maternidade. Isso se dá porque, se falam, podem ser interpretadas como “mães ruins”, que não amam seus(suas) filhos(as) ou que são incapazes de exercer a maternidade. Além disso, sinalizam que sentem necessidade de expor suas frustrações, mas têm medo do julgamento que a família, as amigas e o companheiro podem ter. Não por acaso, nas entrevistas realizadas, há choro, há compartilhamento de angústias e, sobremaneira, há agradecimentos por parte das mulheres-mães, uma vez que afirmam que poder falar sem julgamento não só alivia, como também revisita o sentimento de que não estão sozinhas diante da sobrecarga e da reconfiguração identitária de si.

Sobre o silenciamento, é possível exemplificar a partir dos comentários encontrados a respeito da fala da atriz Samara Felippo, para o *podcast* Tété a Theo, no que diz respeito à maternidade:

Eu não gosto da função de ser mãe. Eu não gosto de acordar cedo, eu não gostei de ficar grávida. Eu não gostei de minha pele encher de manchas. Eu não gostei de pausar minha carreira. Eu não gostei de... Aí agora, adolescente, agora essa... eu não gosto de inúmeras coisas que mudaram de fase, mas eu não gosto da função de ser mãe. Só que isso não invalida a minha maternidade, o amor incondicional que eu tenho pelas minhas filhas e tudo que dediquei e dedico a elas, entende? E é um tabu eu falar isso [...] (Theorapia, 2023).

Nas redes, os comentários, de forma geral e considerando uma leitura flutuante, giram em torno de aceitar a maternidade como algo divino, sonho de toda e qualquer mulher e condição para a plenitude feminina. São mulheres-mães que, a meu ver, reforçam a atuação do dispositivo da maternidade quando afirmam que a atriz não entendeu que ser mãe não é fazer o que gosta, nem pensar em si, mas sempre estar em função da criança, para a criança. São mulheres-mães que rechaçam a fala da atriz, questionando o porquê de ela ter decidido engravidar duas vezes, questionando sua saúde mental e, inclusive, sugerindo a necessidade de intervenção do Conselho Tutelar porque as filhas dela correm risco de morrer.

Desse modo, além do silenciamento, uma vez que “reclamar” das funções maternas não faz parte da característica da maternidade ideal, há um sentimento de culpa regularmente presente nas mulheres-mães. A culpa materna, a meu ver, é criada pelo dispositivo da maternidade como uma forma de “punir” a mulher-mãe que descumpra os modos de subjetivação impostos pelo dispositivo. Ao exigir uma auto-organização e uma plenitude no exercício das funções de mãe, o dispositivo impõe a culpa materna para qualquer mínimo desvio das ações de renúncia, altruísmo e abnegação que toda mãe precisa ter. Ainda sobre a culpa materna, Chacel (2024) afirma que se trata de um simulacro constituído pelo dispositivo da maternidade a fim de provocar na mulher-mãe a impressão de que tudo o que lhe diz respeito deve ser feito para provar seu estatuto de mãe, validando sua maternidade.

Destarte, qualquer escolha da mulher-mãe que não seja para a legitimação da identidade da “boa mãe”, instituída pelo cativo da maternidade, gera culpa. Não é à toa que o senso comum nos diz “nasce uma mãe, nasce uma culpa”, uma vez que todas as ações e todos os comportamentos da mulher-mãe que não se relacionem com a maternidade e a maternagem, geram o sentimento de culpa. Nesse contexto, isso ocorre porque a mulher-mãe não optou por alguma atividade, alguma ação da função materna. Quando, na verdade, é mais um mecanismo de controle do dispositivo em relação ao modo de subjetivação dessa mulher-mãe (Chacel, 2024).

Com efeito, para controlar os modos de subjetivação das mulheres-mães, mantendo-as no cativo da maternidade, o dispositivo emprega estratégias de pedagogização, especialmente através de discursos sobre a maternidade e as normativas necessárias para tal. Esses discursos, considerando o trabalho de Tomaz (2015), estão presentes desde o século XIX, com a publicação de jornais voltados para a abordagem científica da maternagem, através de matérias escritas por médicos e profissionais de saúde homens. Essas matérias orientavam que as mulheres-mães, burguesas e responsáveis pela criação dos novos cidadãos da República, deveriam procurar conselhos não mais junto a outras mulheres-mães mais velhas, como suas mães e avós, mas sim no conhecimento

publicado nesses jornais. A autora acrescenta que, a partir do século XX, os jornais deram lugar às revistas femininas para a pedagogização da mulher-mãe na criação e nos cuidados dos(as) filhos(as). Os discursos científicos, agora de médicos, educadores, juristas e algumas mulheres, firmaram-se como o saber autorizado para suprir o instinto materno. Tais revistas, a meu ver, apesar de reforçarem o espaço doméstico destinado à mulher, em certa medida, possibilitaram reflexões sobre a figura materna, alimentando o imaginário da maternidade.

Na verdade, a mídia, instituição disciplinadora, assume também o papel de instrumento pedagógico e é um dos pilares para a estratégia do dispositivo da maternidade para ensinar a mulher-mãe a ser conforme o cativo da maternidade determina. Ou seja, a mídia é uma estratégia de pedagogização do dispositivo para reiterar os aprisionamentos e silenciamentos das mulheres-mães, cativas no espaço de opressão que a maternidade representa socialmente. Contudo, hoje, diante das possibilidades de suportes midiáticos, especialmente graças às tecnologias digitais, além dos discursos pedagogizantes para a permanência das mulheres-mães no cativo da maternidade, é possível encontrar outros olhares sobre um assunto que ainda é tabu. O exemplo da entrevista da atriz Samara Felippo, pontuada aqui, nos mostra que se pode problematizar a maternidade sob um viés desromantizado, mesmo que a partir da mídia.

A razão disso é que o cenário digital permitiu o fluxo de comunicação bidirecional (todos-todos), de tal modo que qualquer um, desde que tecnicamente habilitado, consegue produzir e distribuir conteúdo, além de consumir. Encontramos, especialmente, nas mídias sociais, mulheres-mães, famosas, anônimas, médicas, feministas, que trazem uma discussão pertinente sobre um matinar mais distante daquele postulado pelo cativo da maternidade e reforçado pelo dispositivo da maternidade. Apesar de também nas mídias sociais encontrarmos mulheres-mães que ratificam os mecanismos de vigilância e de controle, é inegável a amplitude do debate público sobre o estatuto da maternidade ideal e a maternagem como um trabalho exclusivo da mulher-mãe. Dessa forma, é interessante fazer parte e observar um movimento contra lugares que nos são reificados e, com isso, desafiar o que social e culturalmente é tabu, por ser fruto do sistema patriarcal que promove a maternidade como espaço de opressão e subjugação da mulher.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refletir sobre a maternidade me fez observar o quanto ainda precisa ser dito e questionado sobre as dimensões do que é ser mãe, por uma mulher-mãe que se percebeu silenciada e que começou a pensar no porquê de tais aspectos não serem abordados. Nesse sentido, minha pesquisa de pós-doutorado e o presente trabalho, bem como todos os outros já feitos e que venham a surgir, são fruto de reflexões nas longas madrugadas de privação de

sono, de sentimento de incapacidade de maternar, na solidão da maternidade, especialmente a solo, que é o meu caso. Reflexões que, vale salientar, também trago nas conversas cotidianas e que não se relacionam ao amor que tenho pela minha filha ou ao amor de qualquer mãe pelo seu filho, sua filha. O julgamento e o incômodo que causei (e causo), escutando comentários como “para que inventou de ter filho, então?”, “sua filha vai odiar você se souber que o que você fala da maternidade”, “não adianta reclamar, faz parte de ser mãe e toda mãe passa por isso”, acarretaram a necessidade de legitimar cientificamente a maternidade nada idealizada, nem romântica, para me juntar às mulheres-mães que têm buscado questionar criticamente o que nos é imposto como ideal, principalmente no âmbito acadêmico.

Na verdade, foi justamente na academia que encontrei espaço autorizado para gritar as dores da maternidade. Isso se deu porque, ao tomar como base autoras que abordam o tema através da ciência, percebi que o universo científico poderia ser meu espaço de segurança. A pesquisa de pós-doutorado serviu como um processo de cura e de autodescoberta sobre uma maternidade possível. A solidão e o sentimento de silenciar dores, porque socialmente ninguém as escuta, dentro da pesquisa ancorada pelas epistemologias feministas, deram lugar à voz posicionada e alicerçada por trabalhos como os de Lagarde (2005), Marcello (2005) e Badinter (1985). Ao subsidiarem minhas reflexões e cada vez mais os meus questionamentos sobre o que é tácito sobre a maternidade social e culturalmente, resolvi entrevistar outras mulheres-mães no pós-doutorado a fim de promover um ambiente de escuta e de acolhimento. Partilhar falas e percepções de não romantização da condição materna configura-se num caminho para o empoderamento de mulheres-mães cativas, vigiadas e controladas por um sistema que dociliza nossos corpos e reforça nosso papel de ser do outro e para o outro.

O caminho para ter uma visão cada vez mais crítica sobre a maternidade é problematizar seus silenciamentos e apagamentos que repercutem num espaço de opressão e submissão, no cativado da maternidade. É inegável que tal cativado se relacione diretamente a formas de aprisionamento da mulher-mãe, construindo um ideal de maternidade, alicerçado pela imagem da Virgem Maria, pelo amor materno incondicional e pelo instinto materno (Badinter, 1985), pela ética do cuidado feminina (Gilligan, 2013) e pela maternagem exclusiva à mulher-mãe. Esse cativado, constituído pelas instituições disciplinares, como Estado, família, igreja, sociedade e mídia, vale-se do dispositivo da maternidade, igualmente pensado por essas instituições disciplinares, a fim de controlar e vigiar (Foucault, 2004) as mulheres-mães e seus modos de subjetivação.

Assim, parto do pressuposto de que as dores e angústias que sinto como mulher-mãe não são atribuídas a questões hormonais, como já escutei diversas vezes. Tão somente porque, como feminista, compreendo o patriarcado e suas formas de opressão das mulheres

e de pessoas que fogem à heteronormatividade. Nesse sentido, para mim, as dimensões da maternidade sempre tiveram como pilar um sistema de opressão, condicionando a mulher numa visão biologizante e a situando no espaço doméstico. Por isso, descobrir materiais científicos e outras mulheres-mães que falam sobre maternidade sem romantismo foi libertador e me fez comprovar o que sentia: não sou a única que questiona e não, não é culpa dos hormônios.

Ao mesmo tempo, quanto mais problematizo e estudo o cativo e o dispositivo da maternidade, enxergo que, de fato, são comuns às mulheres-mães como um todo. Obviamente, como supracitado, entendo a importância da interseccionalidade para aprofundar formas e opressão do cativo e do dispositivo da maternidade, para além das dimensões citadas. Afinal, a maternidade das mulheres-mães negras, por exemplo, apresenta outras dores que a minha maternidade de mulher branca jamais conseguirá vivenciar. Somado a isso, ainda não consigo sinalizar se os aprisionamentos da maternidade encontrados na cisgeneridade são também comuns à maternidade trans. O recorte do trabalho, por enquanto, ainda é a partir do meu lugar e da minha experiência como mulher-mãe cis, branca e privilegiada economicamente. Acredito que os aprisionamentos são maiores e partem da ordem de um não-lugar, quando se pensa na maternidade trans, o que, a meu ver, torna-se ainda mais grave em comparação ao que uma mulher-mãe cis.

Destarte alimentar tudo isso, igualmente compreendo a importância de trazer essas e outras reflexões sobre a pluralidade de maternidades e formas de filiação dentro do âmbito acadêmico, lugar que, muitas vezes, não é para ser ocupado por mulheres-mães. Muitas delas, inclusive, não estão mais presentes nesse espaço porque estão condicionadas ao trabalho não remunerado, permitindo que seu companheiro seja o trabalhador produtivo e respeitado, o que se agrava se partimos do recorte interseccional de raça e classe. Com isso, entendo que a minha pesquisa gira em torno de uma maternidade privilegiada e que, mesmo assim, funciona como um sistema de opressão no que falo, no que penso, no que escolho, em meus comportamentos e até mesmo como pesquisadora. São aprisionamentos e silenciamentos que me fazem questionar a maternidade numa acepção mais ampla, construída socialmente para assujeitar toda e qualquer mulher.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **O que é contemporâneo? E outros ensaios**. Chapecó: Argos, 2009.

ANCHIETA, Isabelle. **Imagens da mulher no Ocidente Moderno 2: Maria e Maria Madalena**. São Paulo: Edusp, 2019.

ANTONIAZZI, Carolina Bernardini. Maternidade: uma forma de opressão? **Cadernos de Ética e Filosofia Política**, v. 39, n. 2, p. 92-103, 2021. <https://doi.org/10.11606/issn.1517-0128.v39i2p92-103>

AZEVEDO, Kátia Rosa; ARRAIS, Alessandra da Rocha. O mito da mãe exclusiva e seu impacto na depressão pós-parto. *Psicologia: reflexão e crítica*, v. 19, p. 269–276, 2006.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: os limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

BUTLER, Judith. *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”*. //: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 151–166.

CHACEL, Marcela Costa da Cunha. *Cativeiro da maternidade, dispositivo e pedagogia da mulher-mãe: reflexões iniciais*. *Revista Mosaico - Revista de História*, v. 16, n. 4, p. 173–189, 2024. Disponível em: <https://seer.pucqoias.edu.br/index.php/mosaico/article/view/13537>. Acesso em: 16 mai. 2024.

CONNELL, Robert W. *Change among the gatekeepers: men, masculinities, and gender equality in the global arena*. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, v. 30, n. 3, p. 1801–1825, 2005.

DEL PRIORE, Mary. **Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2014.

FRIEDAN, Betty. **A mística feminina**. Petrópolis: Editora Vozes, 1971.

GILLIGAN, Carol. *Résister à l'injustice: une éthique féministe du care*. //: GILLIGAN, Carol; HOCHSCHILD Arlie; TRONTO, Joan (Org.). **Contre l'indifférence des privilégiés. À quoi sert le care?** Paris: Payot, 2013. p. 111–170.

GONZÁLEZ, Lélia. *Racismo e sexismo na cultura brasileira*. *Revista Ciências Sociais Hoje*, v. 2, n. 1, p. 223–244, 1984.

HARAWAY, Donna. *Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial*. *Cadernos pagu*, n. 5, p. 7–41, 1995.

IAGNECZ, Rachel; WEDIG, Josiane. *Ser mulher – mãe – trabalhadora: interseccionalidade na vivência da maternidade*. //: **Seminário Internacional Fazendo Gênero 12 (Anais Eletrônicos)**, p. 1–12, Florianópolis, 2021.

JANUÁRIO, Soraya Maria Bernardino. *Mídia e estudos de gênero: um relato de experiência no ensino de Publicidade e Propaganda*. *Revista de Estudos Interdisciplinares*, v. 4, n. 6, p. 74–93, 2022.

LAGARDE, Marcela. **Los cautiverios de las mujeres: madresposas, monjas, putas, presas y locas**. México: UNAM, 2005.

LARGUIA, Isabel. **Para uma ciência da libertação da mulher**. São Paulo: Global Editora, 1982.

MARCELLO, Fabiana. Enunciar-se, organizar-se, controlar-se: modos de subjetivação feminina no dispositivo da maternidade. **Revista Brasileira de Educação**, n. 29, p. 139–151, 2005. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782005000200011>

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

MENDONÇA, Maria Collier. Maternidade e maternagem: os assuntos pendentes do feminismo. **Revista Ártemis**, v. 31, n. 1, 2021. <https://doi.org/10.22478/ufpb.1807-8214.2021v31n1.54296>

MISSAGIA, Juliana. Ética do cuidado: duas formulações e suas objeções. Blogs de Ciência da Universidade Estadual de Campinas: **Mulheres na Filosofia**, v. 6, n. 3, p. 55–67, 2020. Disponível em: <https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/etica-do-cuidado/>. Acesso em: 05 dez. 2023.

MOTA-RIBEIRO, Silvana. Ser Eva e dever ser Maria: paradigmas do feminino no Cristianismo. **Anais do IV Congresso Português de Sociologia**, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2000.

MOTTA, Pedro Mourão; BARROS, Nelson Filice. Resenha Autoetnografia. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 31, n. 6, p. 1339–1340, 2015. <https://doi.org/10.1590/0102-311XRE020615>

NAHAS, Ana Lydia Costa; LEITE, Kademi Gobi Galvão; DONERO, Susie. O mito do instinto materno: um olhar psicanalítico sobre a maternidade na contemporaneidade. **Conexão Eletrônica**, v. 16, n. 1, 152–161, 2019.

OKIN, Susan Moller. Gênero, o público e o privado. **Revista Estudos Feministas**, v. 16, n. 2, p. 305–332, 2008.

OLIVEIRA-CRUZ, Milena; MENDONÇA, Maria. **Maternidade nas mídias**. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2021.

O'REILLY, Andrea. **Rocking the cradle: thoughts on feminism, motherhood and the possibility of empowered mothering**. Toronto: Demeter Press, 2006.

O'REILLY, Andrea (Org.). **Maternal theory: essential readings**. Toronto: Demeter Press, 2007.

O'REILLY, Andrea. **Matricentric feminism: theory, activism, practice**. Toronto: Demeter Press, 2016.

PORFÍRIO, Joséclea da Silva Nascimento. Sentindo na pele: a maternidade para mulheres negras e educandas da EJA. **Revista Intratextos**, v. 14, n. 1, p. 55–68, 2023. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/intratextos/article/view/72519>. Acesso em: 17 mai. 2024.

RICH, Adrienne. **Nacemos de mujer: la maternidad como experiencia e institución**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2019.

ROCHA, Camila Carduz. Divisão sexual do trabalho e força de trabalho da mulher no capitalismo. **Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadoras/es em Serviço Social**, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2018.

SANTOS, Silvio Matheus Alves. O método da autoetnografia na pesquisa sociológica: atores, perspectivas e desafios. **Plural: Revista de Ciências Sociais**, v. 24, n. 1, p. 214–241, 2017. <https://doi.org/10.11606/issn.2176-8099.pcs0.2017.113972>

SCAVONE, Lucila. As múltiplas faces da maternidade. **Cadernos de Pesquisa**, n. 54, p. 37–49, 1985.

SOVIK, Liv. Aqui ninguém é branco: hegemonia branca no Brasil. //: WARE, Vron (org.). **Branquidade: identidade branca e multiculturalismo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. p. 363–386.

TEIXEIRA, Aysla. Maternidades subversivas: interlocuções entre direito do trabalho e vivências queer. **Teoria Jurídica Contemporânea**, v. 6, p. 1–16, jun. 2021. <https://doi.org/10.21875/tjc.v6i0.41922>

THEORAPIA. **Samara Felippo - THEORAPIA #06**. BPIdeias, 22 set. 2023. 57min. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=LlV5xihl8Yk&ab_channel=T%C3%A9aTheo. Acesso em: 02 dez. 2023.

TOMAZ, Renata. Feminismo, maternidade e mídia: relações historicamente estreitas em revisão. **Galáxia**, v. 29, p. 155–166, 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-25542015120031>

TUBERT, Silvia. **Figuras de la madre**. Madrid: Cátedra, 1996.

WOLF, Naomi. **O mito da beleza: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres**. São Paulo: Editora Record, 2018.

Recebido em 27 dezembro de 2023.

Aprovado em 27 de junho de 2024.